



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002115-23.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **LUANA CRISTINA SALA**
 Requerido: **CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora almeja à devolução em dobro de quantia paga à ré sem que houvesse lastro para tanto.

Acolho a preliminar arguida em contestação para retificar o polo passivo da relação processual e nele inserir a ré **ACEF S/A**, anotando-se.

No mérito, a ré reconheceu que não havia respaldo para a emissão do boleto indicado a fl. 01, tanto que ele "*seria naturalmente baixado com a colação de grau* – da autora – *em 30.01.2015*" (fl. 17, item 20).

Assim, e como a autora não o ignorou, a ré depositou em Juízo o valor correspondente ao mesmo (fl. 69), de sorte que se impõe o acolhimento da pretensão deduzida à minguia de óbice para tal.

Ressalvo, porém, que a devolução postulada pela autora não se fará em dobro porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que "*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*" (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido desidiosa, razão pela qual não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 132,43, mas desde já dou por cumprida essa obrigação em decorrência do depósito de fl. 69.

Expeça-se mandado de levantamento em favor da autora sobre esse valor e oportunamente dê-se baixa definitiva nos presentes autos digitais, com as cautelas de praxe.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**